

Baile de máscaras

A valsa entre o capital e o mundo do trabalho

Luciane Bombach¹

Resumo

O presente artigo propõe uma discussão sobre as metamorfoses na relação capital e trabalho, ao longo do tempo, perpassadas pela insistente assimetria arrolada entre ambos. Essa assimetria, no entanto, mostra-se ocultada, mascarada por nuances morais, culturais, políticas, econômicas e sociais a encobrir o viés da sobreposição do capital ao trabalho troada através da história. Assim, na companhia de autores como Hannah Arendt, Gramsci, Marx, Hobsbawn, Marshall, Polany, Offe, Castel, entre outros, procuraremos debater sobre a construção do sentido do trabalho no mundo capitalista, suas dimensões morais, sua essencialidade enquanto núcleo da acumulação do capital, sua trajetória.

Palavras-chave: Capital; Trabalho; Assimetria.

Abstract

This article presents a discussion on the metamorphoses in the relation between capital and work over the time passed by the insistent asymmetry listed between both of them. Such asymmetry, however, is masked by moral, cultural, political, economic and social nuances which conceals the clamorous direction in which capital has overlaid work through history. Therefore, in the company of authors like Hannah Arendt, Gramsci, Marx, Hobsbawn, Marshall, Polany, Offe, Castel, among others, we are seeking to debate about the construction of the sense of work in the capitalist world, its moral dimensions, its essence as a nucleus of accumulation of capital and its trajectory.

Key words: Capital; Work; Hegemony; Asymmetry.

Introdução

A figura é um estágio final da metamorfose. É próprio dela não permitir uma nova metamorfose. Em todos os seus traços, a figura é limitada e clara. Ela não é natural, mas sim uma criação do homem. É uma salvação, ante a fluidez incessante da metamorfose (...) já a **máscara**, distingue-se de todos os demais estágios finais da metamorfose por sua rigidez (Canetti, 1995, p. 375, grifo nosso).

¹ Economista. Mestre em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/Pesquisadora do projeto “Mercado de trabalho e modernização no setor terciário brasileiro”, realizado em parceria por DIEESE e CESIT com financiamento do CNPq.

Quando Castel nos convida a acompanhá-lo nas *metamorfozes da questão social*, fluímos por um caminho que permeia a formação da sociedade salarial em direção a questionamentos sobre a própria centralidade do trabalho. Não há figuras definidas, utilizando a concepção de Canetti, apenas nuances, num processo contínuo de *metamorfozes*; talvez nem mesmo *metamorfozes*, apenas meras simulações, artimanhas daqueles que detém o poder. Algumas dessas nuances, como a participação do Estado, o consumo de massas, a racionalidade, entre outras, enrijecem a construção de dogmas que escondem o movimento assimétrico na relação entre capital e trabalho, mascarando-a. “A máscara é, precisamente aquilo que não se transforma, inconfundível e duradoura – algo permanente em meio ao jogo sempre cambiante da metamorfose”. (Canetti, 1995, p. 376).

Podemos falar sobre algumas *metamorfozes* do mundo do trabalho, sejam elas de ordem *política* – crise das instituições representativas atreladas à “nova” ordem liberalizante –, *econômica* – esgotamento do modelo fordista e financeirização da riqueza – ou *tecnológica* – impactos da digitalização na elasticidade emprego-produto. Mas o que nos propomos é, justamente, chamar a atenção para os aspectos culturais e morais que incidem sobre esse universo, capazes de *mascarar* a relação assimétrica entre o capital e o trabalho – seja por intermédio das instituições, do consumo, da persuasão ou da coerção propriamente dita –, configurando uma permanente compulsoriedade do trabalho ao capital, quando o primeiro é convidado a dançar.

Tendo como pano de fundo a proposição de Gorz (1997) sobre a busca de autonomia do trabalhador, pela revolução cultural, em contraponto a heteronomia², vamos buscar em autores como Hannah Arendt, Gramsci, Marx, Hobsbawn, Marshall, Polany, Offe, Castel, entre outros, a construção do sentido do trabalho – englobando além de suas dimensões morais, sua essência como núcleo da reprodução capitalista – ao longo da história.

1 A máscara da reificação da força de trabalho

A assimetria na relação entre capital e trabalho está expressa no capítulo V do *Capital*, de Karl Marx, que trata sobre o *Processo de Trabalho e Processo de Valorização*. A relação assimétrica se daria, segundo o autor,

2 Na qual a atividade humana é determinada externamente.

primeiramente, porque “o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. (...) Segundo: o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, o trabalhador (...) [sendo assim] o processo de trabalho é um processo entre **coisas** que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem”. (Marx, 1985, p. 154, grifo nosso). Uma primeira idéia, explicitada no texto e criticada por Marx, seria de uma coerção do capital sobre o trabalho, na medida que a sobrevivência do trabalhador – desprovido dos meios de produção –, estaria atrelada à sua presença no mercado de trabalho, isto é, sua reprodução, enquanto ser humano, estaria condicionada à venda de sua força de trabalho. Uma segunda idéia, também presente na citação, remete ao fato de que o trabalho é tratado como uma mercadoria qualquer, nas palavras de Marx, “o capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. A sua utilização, como a qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe, portanto, durante o dia.” (Marx, 1985, p. 154). Nessa mesma linha, expressa Aglietta, “*a fuerza de trabajo se há convertido em mercancia, está incorporada a um sistema productivo cuya razón de ser es la producción de plusvalor.*” (Aglietta, 1979, p. 131). Mais do que sofismas, tais premissas, difundidas e incorporadas nos primórdios do sistema capitalista, *mascam* questões pertinentes à compreensão do problema da relação assimétrica entre capital e trabalho, bem como desvirtuam o próprio sentido do trabalho. Começaremos pela primeira delas.

A assimetria na relação de poder entre capital e trabalho é reflexo da idéia de que a venda da força de trabalho é a única fonte de sobrevivência do trabalhador. Para tanto, torna-se necessário que ele esteja desprovido, além dos meios de produção e dos laços de solidariedade – família, vizinhança, etc. da fase pré-capitalista –, das formas de intervenção social que lhe garanta **segurança**. Hannah Arendt, em seu estudo sobre a *Condição Humana*, remete à formação da sociedade – na coexistência entre público e privado –, a consolidação do mito do trabalho enquanto essência da sobrevivência. Para ela, a ascensão do comportamento (behaviorismo) sobre a ação do homem, fruto da própria divisão social do trabalho, submete a classe trabalhadora ao julgo da lógica privada, embora em dimensões públicas! Se na *polis* grega a liberdade emergia da superação da necessidade de sobrevivência, princípio que legitimava até mesmo a escravidão, e dava ao homem o status de ser político, a consolidação das sociedades e mais precisamente das sociedades salariais, perpetuam o mito do trabalho como fundamento da sobrevivência.

Segundo a autora, “a sociedade é a forma na qual o fato da dependência mútua em prol da subsistência, e de mais nada, adquire importância pública, e na qual as atividades que dizem respeito à mera sobrevivência são admitidas em praça pública.” (Arendt, 1983, p. 56).

Ao se estender além da esfera privada, o trabalho, enquanto labor³ se expressa na esfera social/pública apregoando o caráter meritocrático do capitalismo, cuja renda só pode ser obtida através da venda da força de trabalho. Esse processo, Hannah Arendt nomeou de *artificial*, na medida que imputava como “natural” a alquimia *mascarada* nos ganhos de produtividade. Podemos perceber esse conluio, sem precisar recorrer à magistratura, na descrição de Sennet sobre a fábrica modelo: quando há a separação entre a casa e o local de trabalho – “até o século XVIII a família atuava como o centro da economia.” (Sennet, 2003, p. 36). Nesse processo, com a intensificação da divisão do trabalho, torna-se mais evidente o que Arendt chamou de “invenção do trabalho”. O desenvolvimento econômico, baluarte da organização industrial moderna, acirra a “ética do trabalho”, numa ideologia que, segundo Gorz, está assentada sobre dois fundamentos: “*quanto más trabaja cada uno, mejor se encuentra todo el mundo; [e] los que trabajan poco o no trabajan causan un perjuicio a la sociedad y no merecen ser miembros de ella.*” (Gorz, 1997, p. 278).

Preso à essa lógica econômica perversa, dá-se o comprometimento do sentido moral do trabalho. Sennet nos remete a visão de Smith sobre esse processo, ao dizer que “Smith equiparava o surgimento dos mercados e a divisão do trabalho com o progresso material da sociedade mas não com o seu progresso moral.” (Sennet, 2003, p.42). Ao trabalhador, não lhe parece restar “nenhuma outra modalidade de existência possível que não o trabalho: isto não é uma tautologia mas, sim, um julgamento moral e social ao mesmo tempo, partilhado por todos os bem-pensantes e que aprisiona o operário no papel de estar debruçado para sempre sobre as tarefas materiais.” (Castel, 1999, p. 440).

É aparentemente sob a luz do Estado de bem-estar social que a reprodução da força de trabalho parecia ter se desvencilhado do julgo que a oprimia, conquistando o que Marshall denominou “direito social, o qual “se

3 “Todas as palavras européias para <labor> – o latim e o inglês labor, o grego *ponos*, o francês *travail*, o alemão *arbeit* – significam dor e esforço e são usadas também para as dores do parto. Labor tem a mesma raiz etimológica que *labare* (cambaleiar sob uma carga); *ponos* e *arbeit* tem as mesmas raízes etimológicas que <pobreza> (*pênia* em grego e *armut* em alemão).” (Arendt, 1983, p. 58).

refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.” (Marshall, 1967, p. 64). A aparente “conciliação” entre o capital e o trabalho, arbitrada pelo Estado, era refletida na garantia ao acesso à seguridade social, na medida que assegurou a “ qualquer cidadão, independente da capacidade produtiva, um padrão mínimo de bem estar social. [Mesmo que exigindo] importantes reformas tributárias como forma de capacitar o Estado para o remanejamento de parte do excedente social às parcelas da população excluída pelo processo de acumulação do capital (velhos, crianças, doentes, desempregados, etc.)” (Pochmann, 1993, p. 18). No entanto, embora tivesse avançado em direção a melhorias na repartição do excedente produtivo, o welfare não foi capaz de romper a assimetria nas relações de forças sobre o uso do trabalho pelo capital, apenas *mascará-la*. Trataremos dessa questão um pouco mais adiante.

A segunda idéia expressa na citação de Marx, remete à mercantilização do trabalho. Claus Offe busca contrapontos que *desmascaram* os argumentos do discurso falacioso, incorporados pela teoria neoclássica, e que buscam forjar uma suposta simetria na composição de estratégias racionais no mercado de trabalho e de capitais. Para o autor,

“A primeira explicação para essa alegada ‘posição singular’ ou caráter ‘fictício’ da ‘mercadoria’ força de trabalho é que, embora ela seja, de fato, tratada nos mercados como uma mercadoria, **não ingressa nesses mercados do modo como o faz a maior parte das outras mercadorias.**(...) A entrada das ‘verdadeiras’ mercadorias nos mercados é regulada ou, pelo menos, co-determinada pelo critério relativo às expectativas de venda de tais mercadorias. Isso não acontece com a ‘mercadoria’ força de trabalho. Pode-se falar de uma **desvantagem estrutural da força de trabalho no mercado, pois ao lado da oferta não tem como controlar sua própria quantidade de maneira estratégica.**” (Offe, 1995, p. 27, grifos nossos).

Mesmo superada a fase do capitalismo concorrencial, há limitações – como o avanço do desemprego, o aumento da oferta de trabalho por tempo parcial, a flexibilização do uso do trabalho, o aumento do desemprego de longa duração, entre outros –, que impedem o trabalhador de poder “esperar” e arbitrar a venda de sua força de trabalho no momento que julgue mais oportuno, como faz o capitalista em relação às suas mercadorias. Além disso, como há um limite mínimo para a venda desse trabalho, que é o próprio nível de subsistência do trabalhador, a oferta de mão-de-obra caracteriza-se como inelástica. Como se não bastasse a subordinação ao capital com relação à

alocação no tempo e ao espaço, a impossibilidade de controlar a eficiência na produção completa o grau da assimetria dessa relação, que resulta na exploração do uso do trabalho pelos donos do capital. Abaixo, construímos um quadro que reflete alguns pontos dessa discussão baseados nos argumentos de Offe e que explicitam os riscos⁴ do trabalhador frente às tendências do uso do trabalho na esfera capitalista, mesmo durante a montagem do sistema de proteção social.

Quadro 1
Paralelo entre o mercado de trabalho e outros tipos de mercado

<p>1. Determinação da Oferta: a) Processos demográficos e não estratégicos; b) Oferta é inelástica (não há sobrevivência fora do MT, uma vez que a pequena propriedade é privada).</p>	<p>1. Determinação da Oferta: a) Depende das expectativas de vendas futuras (planejamento estratégico); b) Oferta é elástica, variando conforme incremento tecnológico.</p>
<p>2. Formação de Estoque: a) Não há estratégia para formação de estoque, nem controle sobre os meios de produção. Inexiste a independência econômica que possibilite ao trabalhador ofertar ou não sua mão-de-obra, uma vez que não há auto-suficiência agrícola que garanta a sobrevivência fora do MT. Desvantagem Estrutural; b) O trabalho aparece como uma mercadoria “sem valor”, fator em abundância; c) Impossibilidade de dumping, preço mínimo é a sobrevivência; d) É indiretamente proporcional aos ganhos tecnológicos.</p>	<p>2. Formação de Estoque: a) Mercadorias podem ser estocadas, aguardando melhores condições para serem comercializadas; b) A quantidade produzida pode variar de acordo com vários fatores de produção; c) Possibilidade de dumping, reduzindo o preço abaixo da linha de custos; d) É diretamente proporcional aos ganhos tecnológicos.</p>
<p>3. Assimetria na Relação: a) Trabalhadores dependem do nível mínimo de subsistência (padrão mínimo) para ofertar sua mão-de-obra, nível este que é constante ao longo do tempo; o trabalhador sofre de rigidez na produção ofertada, pois não pode se reproduzir abaixo da linha de sobrevivência; b) Trabalhadores, subordinados à eficiência na esfera da produção.</p>	<p>3. Assimetria na Relação: a) Empregadores (demandantes de FT), produzem o padrão mínimo de subsistência do trabalhador e podem, via incremento tecnológico, alterar a relação de trabalho necessário à produção desses bens, diminuindo a demanda por FT via aumento da produtividade, tornando o fator trabalho variável ao longo do tempo, garantindo-lhes a capacidade de flexibilizar a produção; b) Empregadores podem aumentar a eficiência na produção com incremento tecnológico.</p>

Continua...

4 Cf. Pochmann (1993, p. 7). Para o autor esses riscos são de duas naturezas distintas: “adquiridas” (educação, renda, local de moradia e transporte) e “naturais” (idade, sexo, condição física, etnia e cor).

Quadro 1 – Continuação

<p>4. Quanto ao emprego da FT: a) Função exercida pelo trabalhador no MT é restrita ao CONHECIMENTO e habilidade para desempenhar sua função, isto é, RÍGIDA.</p>	<p>4. Quanto ao emprego do Capital: a) O capital é LÍQUIDO, mobilidade na alocação, garantindo-lhe FLEXIBILIDADE.</p>
<p>5. Espaço: a) O trabalhador pode migrar, trabalhar longe de casa, exigindo-lhe maior SACRIFÍCIO. Conseqüentemente haverá uma forte tendência ao enfraquecimento dos laços de sociabilidade e possível marginalização social. Poderá haver perda relativa de Renda.</p>	<p>5. Espaço: a) Com o processo de globalização, o capital tornou-se cada vez mais móvel, transpondo barreiras antes intransponíveis, e impondo-se sobre a rigidez do mercado de trabalho.</p>

2 As máscaras da homogeneidade

Segundo Marshall, a idéia de classe social é per si “um sistema de desigualdade (...) [a qual] pode estar baseada num conjunto de ideais, crenças e valores.” (Marshall, 1967, p. 76). Se nos atermos a formação e consolidação da classe operária, veremos que nem mesmo o padrão fordista de fragmentação, especialização e massificação do uso do trabalho, foi capaz de padronizar a classe trabalhadora. Nas palavras de Hobsbawn, “o “proletariado” estava longe de ser uma massa homogênea.” (Hobsbawn, 1988, p. 172). Além de diferenças mais visíveis como a nacionalidade, a cultura e a religião, a união dos trabalhadores enquanto classe era dificultada pelas “rivalidades entre grupos equivalentes, cada qual em busca do monopólio de um tipo especial de trabalho; e tais rivalidades eram exasperadas pelos desenvolvimentos tecnológicos, que transformavam antigos processos, criavam novos, tornavam irrelevantes as antigas especialidades e invalidavam as definições claras e tradicionais daquilo que ‘por direito’ pertencia às funções, digamos, do serralheiro ou ferrador.” (Hobsbawn, 1988, p. 173). As chamadas “diferenças mais visíveis”, no entanto, não impossibilitavam a formação de uma consciência operária,⁵ embora pudesse limitar a cooperação a determinados grupos, como nos mostra Sennet em sua narrativa sobre uma padaria em Boston: “a solidariedade étnica de ser gregos possibilitava a solidariedade naquele duro labor (...) os padeiros precisavam cooperar intimamente para coordenar as

⁵ Tratada aqui na visão marxista tradicional, baseada no processo de trabalho, na relação entre trabalhadores através do trabalho.

variadas tarefas da padaria.” (Sennet, 2003, p. 76). Já a rivalidade entre trabalhadores – acentuada pela estrutura heterogênea da própria economia industrial em seu desenvolvimento –, resultou em ambigüidades no movimento operário pois, ao mesmo tempo que dificultava a tomada de uma consciência *política* de classe, como adverte Hobsbawn, contribuía para a formação dessa consciência diante da tendência à homogeneização das condições de trabalho a partir da racionalização “científica” da produção, como nos lembra Castel. Mesmo que esse processo não abarcasse, inicialmente, todas as dimensões fabris, permanecendo restritas às grandes fábricas, foi responsável pelo estabelecimento de laços entre os trabalhadores que auxiliaram na consolidação do próprio movimento operário. Nas palavras de Bihr, “a massificação lança as bases de uma nova identidade, de uma subjetividade mais radical, baseada na recusa da expropriação generalizada, pelo fordismo, em relação ao domínio de suas condições de existência.” (Bihr, 1999, p. 57).

A própria desigualdade no seio do mercado de trabalho também não se estabelece de forma homogênea. “A probabilidade individual de se defender com êxito no mercado de trabalho não é naturalmente distribuída de acordo com as contingências, mas depende nitidamente muito mais das características ‘atribuídas’, que levam a diferenças de posições marcantes, no mercado de trabalho, de grupos da oferta definidos pela idade, sexo, estado de saúde e classificação étnica.” (Offe, 1995, p. 50). Tais características, atribuídas e legitimadas pelas instituições, são produzidas e reproduzidas de maneiras particulares no sistema capitalista, organizando o dia a dia dos trabalhadores e as relações sobre o uso do trabalho. Na medida que a demanda por mão-de-obra é limitada, impossibilitando a inclusão de toda a população, são criados pelo Estado, pelos capitalistas e pelo próprio movimento dos trabalhadores, critérios de exclusão que delimitam o acesso à atividade. Sob esse aspecto, as instituições acabam por legitimar mecanismos de discriminação e exclusão, e o fazem à serviço do próprio capital. O resultado é um mercado de trabalho fragmentado e heterogêneo. Para Offe (1995, p. 53),

O problema, para as pessoas que ‘desfrutam’ dessa opção, não é terem muito poucas escolhas, mas ‘inúmeras’, pois em muitas circunstâncias, essa opção é um ‘presente de grego’ altamente ambivalente. Não só sobrecarrega a identidade pessoal dos indivíduos com um duplo papel potencial, mas leva

também ao enfraquecimento de suas possibilidades estratégicas de ação no mercado de trabalho. Mulheres, estrangeiros, jovens, empregados mais velhos e deficientes físicos defrontam-se com um problema estrutural de concepção mal definida de qual é realmente sua forma “normal” de existência social.

Esse panorama permite a construção de um quadro de discriminação no tocante ao acesso e permanência no mercado de trabalho. Objetivando uma racionalização produtiva que implique na redução dos custos de transações, os empregadores, diante dos elevados custos de contratação de mão-de-obra para cargos mais qualificados, visam a contratação de trabalhadores que possam lhes garantir maior estabilidade, fácil adaptação, maior ganho de produtividade, enfim, menores riscos. No entanto, uma vez que o resultado desse “investimento” só se dá *a posteriori*, se delinea no mercado de trabalho um certo “perfil ótimo” de trabalhador, cujas características são: ser homem, branco, próximo dos 30 anos, não estrangeiro e sem deficiência física ou moral. Assim, sobra aos chamados “grupos problema” os cargos de alta rotatividade, baixa qualificação e menores salários, a marginalidade. Essa clivagem no mundo do trabalho se intensifica com a insígnia do desemprego estrutural, reproduzindo uma “processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril [e] de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços, incorporando o trabalho feminino e excluindo os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior **heterogeneização**, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.” (Antunes, 1998, p. 42, grifo nosso).

Os dados da Tabela 1 mostram o agravamento nos indicadores do desemprego para um grupo de países selecionados da OCDE para as décadas de setenta e oitenta. Apenas dois países aparecem na contramão dessa tendência, é caso dos EUA e da Suécia⁶. Para todos os demais, nota-se a queda do número de trabalhadores em atividade, embora o aumento na participação dos desempregados sobre o total não ocorra de forma uniforme no mercado de trabalho, destacando-se uma decupagem segundo a idade – tanto jovens como idosos – e segundo o sexo; observa-se também, o crescimento do desemprego de longa duração.

6 Nos EUA a queda na taxa de desemprego foi resultado de uma onda de crescimento econômico dinamizada por fluxos de capitais após o choque da taxa de juros arbitrada pelo FED em 1979. Já na Suécia, a manutenção dos gastos públicos minimizam o efeito recessivo da economia mundial, sustentando a demanda agregada.

Tabela 1
Estrutura do desemprego em 1989

	Taxa Desemprego		Des. Jovens ⁽¹⁾		Des. Mulheres		(% do Desemprego Total)		
	Total		Des. Jovens ⁽¹⁾		Des. Mulheres		Des. de Longa Duração (+ de ano)		Des. + de 45 anos
	1979	1989	1979	1989	1979	1989	1979 ⁽²⁾	1989	1988
Alemanha	3,2	5,6	3,4	8,1	7,9	8,8	-	49	47
EUA	5,8	5,2	11,3	10,5	6,8	5,3	5,9	5,7	30
França	5,9	9,4	13,3	19,1	7,9	12,6	27,1	43,9	22
Itália	7,6	10,9	25,6	33,6	13,3	18,7	-	70,4	43
Inglaterra	5	7,1	10,3	8,6	3,9	4,2	-	40,8	34
Japão	2,1	2,3	3,4	4,5	1,9	2,3	16	18,7	54
Suécia	2,1	1,4	5	3	2,3	1,4	6	6,5	-
CEE	5,7	9	-	-	-	-	-	53,7	-
OCDE	5,1	6,2	-	-	-	-	-	33,7	-

(1) de 15 a 24 anos, salvo a Itália (14 a 24), a Suécia, Inglaterra e EUA (16 a 24);

(2) Média 1975-80 ou anos adjacentes.

Fonte: OCDE (1991, p. 42, 46) e Bass (1991).

3 As máscaras do Estado do bem-estar social

A intervenção do Estado na sociedade moderna, e a serviço do capital, remonta à própria formação do capitalismo, embora essa interferência tendesse a permanecer oculta pela *máscara* do liberalismo, como bem observou Polany. Fosse para garantir o aporte de investimentos aos capitalistas, fosse para legitimar as relações econômicas com a coerção do trabalhador frente à disponibilidade ao trabalho, ou ainda para a construção da moderna classificação da população economicamente ativa dos assalariados no início do século XX, esboçada por Castel, as políticas de alocação do trabalho, atuaram, permanentemente, no sentido de minimizar o ônus do capital nas relações de produção. Mesmo com o advento de um padrão normativo, de regulação do mercado de trabalho, o Estado mostrou-se funcional à consolidação do capitalismo na medida que garantiu uma relação de produção estável, tanto no âmbito produtivo, como nas relações de trabalho, como veremos a seguir.

No período do pós-guerra, com a emergência de um ciclo virtuoso do capitalismo, a política econômica atrelou-se à política social na montagem de um sistema de proteção que parecia contemplar os vários atores sociais em direção a um suposto “consenso”. No tocante ao mundo do trabalho, “durante os anos de crescimento, as empresas absorveram, progressivamente, formas de regulação pública das relações de trabalho. Os mercados em expansão, com um padrão de concorrência intercapitalista razoavelmente estável, permitiam às empresas aproveitarem positivamente o movimento de

institucionalização das relações de trabalho, já que obtinham a estabilidade da força de trabalho e sua aceitação da acumulação capitalista.” (Dedecca, 1999, p. 26). Nessa trajetória, os trabalhadores conquistaram e asseguraram direitos, foram capazes de projetar uma mobilidade social ascendente não apenas para si como para seus filhos, angariaram melhorias reais de salário mas, no entanto, não se desvencilharam da *égide* do capital. É à luz dessa antinomia que o movimento operário,

Torna-se uma engrenagem do poder capitalista, inclusive em sua capacidade de se por a ele e limitá-lo. O que significa que, ao mesmo tempo que está fundamentalmente subordinado ao comando do capital, conserva uma autonomia em relação a ele.” (Bihl, 1999, p. 44).

A *máscara* da cooperação só iria cair na crise dos anos 1970, deixando para a sociedade os augúrios de uma nova *metamorfose*.

É notório que houve, durante o *golden age*, sem dúvida alguma, uma expansão dos gastos públicos que contribuiu para a elevação da participação da massa trabalhadora sobre os ganhos de produtividade, mas, ao voltarmos nossa atenção para os dados referentes às três últimas décadas do século passado, veremos que ela não se sustentou. Até mesmo os salários indiretos⁷ que asseguravam de forma universal o acesso à educação, saúde, aposentadoria, etc. ao conjunto da população, estabelecendo uma nova forma de relação salarial – ao garantir direitos além da execução do trabalho propriamente dito –, e funcionando como amortecedores tanto dos declives conjunturais da economia, como dos expelidos do “moinho satânico”, ficaram comprometidos ao serem construídos segundo uma lógica de financiamento fiel à dinâmica capitalista. Não houve, em momento algum, um rompimento com a lógica excludente e perversa do capital, fosse no tocante ao arcabouço da arrecadação tributária – fundamentada sobre o contrato formal de emprego –, fosse na concessão dos benefícios aos expurgados do mundo do trabalho. A própria construção das políticas públicas de emprego ficaram comprometidas na medida que “a evolução do gasto público com programas de proteção ao trabalhador [acabaram por] depender diretamente do comportamento conjuntural de cada economia nacional e, obviamente, do desempenho do mercado de trabalho.”⁸ Nesse

7 “Os salários indiretos não eram mais concebidos como um simples sistema de ajuda aos mais despossuídos, mas como meio de assegurar a incorporação e controle da força de trabalho em reserva para a produção capitalista e de se constituir uma política anti-cíclica capaz de erigir, nos períodos de redução da atividade produtiva, um dique ao aprofundamento recessivo.” (Mattoso, 1995, p. 46).

8 Trecho extraído do artigo de Moretto; Gimenez e Proni, intitulado *Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil nos anos 90*. /Campinas: Unicamp. Instituto de Economia/ 2002. p. 2.

aspecto, as políticas de proteção social foram perdendo, ao longo dos anos de crise, seu caráter anti-cíclico por não responder às necessidades iminentes da relação capital-trabalho-produto e, diante do crescimento das incertezas, possibilitou a abertura de uma brecha significativa para o renascimento de teses que apontam a redução dos gastos públicos como forma de equalização dos problemas econômicos, teses estas rejuvenescidas sob a *máscara* do neoliberalismo.

Tabela 2
Gasto público – Programas para o mercado de trabalho
(em % do PIB)

País	1990	1995	2000
EUA	0,7	0,5	0,5
Alemanha	2,1	3,8	3,1
Japão	0,3	0,5	0,9
Itália	1,5	2,0	1,2
Canadá	2,5	1,9	1,1
França	2,7	3,1	3,0
Reino Unido	1,6	1,7	0,9
Espanha	3,2	3,3	2,1
Dinamarca	5,7	6,6	4,6

Fonte: OCDE. *Employment Outlook* (1995-1999-2002).
MTE. Relatórios gerenciais.

Ainda em relação à consolidação do welfare, a permanência da assimetria do poder do capital, sobre o trabalho, foi também *mascarada* pela vitória da social democracia na medida que esta contribuiu para colocar à margem a via revolucionária do movimento operário. Segundo Bihr, “esse projeto baseou-se na idéia de que o proletariado pode se libertar de sua exploração e sua dominação pelo capital (ou pode, pelo menos, em um primeiro momento aliviar consideravelmente seu peso) conquistando e exercendo (por representantes políticos intermediários) o poder do Estado.” (Bihr, 1999, p. 20). Se resgatarmos a visão de Gramsci sobre a construção de uma sociedade de classes, veremos, por intermédio desse autor, que só seria possível o rompimento da subordinação do operariado à elite burguesa dominante, quando as organizações de trabalhadores se infiltrassem no aparelho de um Estado centralizado, o que por sua vez só seria possível quando essa classe dominada fosse persuadida a compartilhar dos valores

sociais, morais e culturais da classe dominante, através de uma modificação lenta e necessária da consciência do povo – algo próximo da “revolução cultural” que apregoa Gorz – a essa etapa, Gramsci denominou “hegemonia civil”, “período no qual a hegemonia cultural de um grupo social ou ideologia são gradualmente implantadas e corresponde a um tempo no qual o partido agirá em colaboração com outros grupos, respeitará até certo ponto, os interesses destes e fará concessões às suas exigências, [nesse momento, dar-se-ia] um ‘centralismo orgânico’ oposto do burocrático com o qual o grupo dirigente tende a perpetuar-se e a conservar os seus privilégios.” (Joll, 1979, p. 77).

No entanto, o que observamos com o advento da social democracia, não parece condizer com esse processo. O conluio entre o Estado e o capital foi encoberto por diversas *máscaras* entre as quais o crescimento econômico, a social-democracia e o status de cidadania. Bihr adverte sobre o fetichismo no tocante à concepção da formação desse Estado, nos diz o autor

a inerência do Estado ao capital como relação social é ignorada, ao mesmo tempo que o próprio papel que ele desempenha na reprodução dessa relação (portanto na manutenção das relações capitalistas de exploração e de dominação) é ocultada.” (Bihr, 1999, p. 22, grifo nosso).

Ainda não teria sido desta vez que se conquistaria a emancipação do trabalho. Abaixo, segue uma tabela com dados que referendam a tendência de redução dos custos de mão-de-obra com a inflexão do crescimento mundial na década de 1970.

Tabela 3
Custo unitário real da mão-de-obra, nos setores privado, manufatureiro e de serviços (*)
média no período = 100

	1970			1980			1988		
	P	M	S	P	M	S	P	M	S
Alem.	104,5	95,1	108,1	102,9	105,4	100,7	91,3 ¹	98,3	90
EUA	102,5	102,4	99,5	101,3	103,9	100,9	98,0 ²	97,5 ²	94,4 ²
França	102,7	102,3	103,6	102,1	102,4	100,8	93,6 ³	93,6 ³	95,0 ³
Inglaterra	104,3	96,6	104,3	101,4	105,2	101,4	94,3 ²	93,2 ²	97,1 ²
Itália	99,2	98,7	100,4	98,6	97,3	99,1	96,2 ¹	95,9 ¹	97,8 ¹
Japão	89,6	81,9	85,5	101,1	102,6	101,8	99,6	101,7	103
Suécia	105,1	99,3	102,8	102,7	103,8	102,9	94,5 ¹	94,5 ¹	97,1 ¹

* O setor privado compreende todas as atividades empresariais, exceto os setores não-mercantis.

(1) Dados para 1990;

(2) Dados para 1987;

(3) Dados para 1986.

Fonte: OCDE (1991, p. 59).

4 A máscara do consumo

A generalização do crédito ao consumidor, a modernização tecnológica e a ampliação da segurança do trabalho garantiram aos trabalhadores o acesso a um conjunto de mercadorias e serviços jamais antes desfrutados. A TV colorida, um automóvel, dois automóveis, a parafernália de eletrodomésticos, a casa própria, os passeios nas gôndolas de Veneza, entre tantos outros sonhos de consumo da classe trabalhadora tornaram-se realidade dado o aumento do poder aquisitivo das famílias frente à indexação dos salários aos ganhos de produtividade. No pós-guerra, foi possível vislumbrar a *metamorfose* de “*trabalhadores em consumidores*” como aponta Mattoso, cujos protagonistas foram os sindicatos através de uma participação política mais ativa que referendava os avanços de uma sociedade menos desigual, menos assimétrica.

No entanto, a intensificação do consumo, alimentada pelos “novos métodos de produção, são inseparáveis de um determinado modo de vida, de pensamento, de experiência: não é possível ter êxito numa dessas áreas sem alcançar resultados tangíveis em outra.” (Gramsci, 2001, p. 164). Sendo assim, o sentido do trabalho passou a estar, mais do que nunca, atrelado à intensificação e compulsoriedade do trabalhador ao capital, ao estabelecer um *staff* de “filiação”⁹ para o trabalhador sob a *máscara* do consumo. Os “novos” hábitos, provenientes dos gastos da classe trabalhadora, passaram a lhe garantir um status social que, todavia, continua a *mascarar* a assimetria de poder entre capital e trabalho, intrínseca à lógica capitalista. Mesmo a regulamentação e difusão dos salários sociais, que visam minimizar os riscos do trabalho frente ao iminente desemprego, apenas obliteraram a ilusão de que o trabalhador estaria liberto, ou quiçá, em iguais condições de dialogar com o capital. Adverte Aglietta sobre o engendramento do consumo de massas à dinâmica da concorrência capitalista,

Ello significa la creación de una estética funcional, que adquiere una importancia social esencial. Debe, en primer lugar, respetar los condicionantes de la ingeniería y, por tanto, concebir los valores de uso como un conjunto de componentes normalizados que puedan ser producidos en grandes series. Y debe, asimismo, introducir una obsolescencia programada desde la fabricación (Aglietta, 1979, p. 138).

9 Termo utilizado por Castel.

A “nova” compulsoriedade foi tratada por Bihr, o qual chamou atenção para um processo de embricamento entre o consumo de massas e a relação salarial, com pífias possibilidades de reversão dentro do capitalismo e cuja tendência aprisiona o trabalhador à lógica mercantil. Essa relação se evidenciaria sob os seguintes aspectos:

- a) O desaparecimento da produção doméstica no seio do proletariado;
- b) A imposição de uma média de consumo (...) implicando a subordinação tendencial do conjunto das práticas de consumo do proletariado às relações mercantis;
- c) A socialização do salário, elemento chave do compromisso social e da regulação da acumulação fordista, e que permite ao proletário escapar, em parte, à instabilidade constitutiva de sua condição (Bihr, 1999 p. 53).

No cerne da construção dessa sociedade de consumo temos a articulação entre o processo de produção e o consumo de massa, o qual se torna chave para a universalização do trabalho assalariado. Essa articulação, no entanto, ao fomentar ganhos de produtividade, contribui para diminuir o tempo necessário à reconstituição da força de trabalho social, além de ser responsável por uma considerável elevação da composição orgânica do capital, que é um princípio da difusão da permanente assimetria na relação entre capital e trabalho. Da mesma forma, no campo social “o status não é eliminado. O status diferencial, associado com classe, função e família, foi substituído pelo único status uniforme de cidadania que ofereceu o fundamento da igualdade sobre a qual a estrutura da desigualdade foi edificada.” (Marshall, 1967, p. 80). A reprodução desse ciclo vicioso, embora não seja inevitável, se reproduz segundo condições específicas à dinâmica capitalista sob a convivência da sociedade. Mas, como lembra Burawoy (1989), se os impulsos revolucionários não são características inatas à classe trabalhadora, a resignação ao *status quo* também não é natural, tampouco inexorável.

Considerações finais

O capital se utiliza de *máscaras* que servem para encobrir a identidade de atores sociais mas, concomitantemente, esses atores participam do “baile” de forma conivente, sem maniqueísmos. É um processo circular de complexidade histórica, econômica, social, cultural... Como em “O Baile”, de Ettore Scola, o capital e o trabalho protagonizam a dança na qual, por mais que haja discordância entre ambos, não abdicam do entrelaçamento, não

abandonam o salão. O cenário é repetitivo, são outros, sendo o mesmo; nesse baile, capital e trabalho, as personagens principais, participam de um jogo onde a coexistência dos contrários, as virtudes e os vícios se completam numa aparente perfeição. Talvez, não seja possível um *desmascaramento*, até porque são muitas coisas que se escondem por detrás das *máscaras*, por outro lado, ao olhá-las de frente, sabemos que são simplesmente *máscaras* e que as *máscaras* não são eternas – processos de uma *metamorfose* –, apenas mantêm suas permanências através do tempo histórico/cronológico alicerçadas na relação capital/trabalho.

É difícil afirmar qual o sentido do trabalho em si, pois a moralidade e o seu sentido acabam cerceados por uma heteronomia difícil de ser rompida, menos por ser resistente e mais por ser obscura, nebulosa. Não falamos em socialismo, comunismo ou qualquer outra forma de estado utópico, o *desmascaramento* do capitalismo só será possível se despido por dentro. Lembra-nos Gramsci que “todo surgimento de uma nova elite, marca-se por uma reforma intelectual e moral, por uma modificação na consciência do homem.” (Joll, 1979, p. 82). O que constatamos ao ler esses autores, entre clássicos e contemporâneos, uns mais, outros menos, é que dentro do capitalismo não há solução, apenas paliativos que buscam redimir uma sociedade de excluídos, marginalizados, desfiliaados. Não foram poucas as *metamorfoses* pelas quais passou o mundo do trabalho, entre rotações e translações, vivemos o despotismo, a hegemonia, o surgimento de uma nova pobreza, o advento dos salários sociais, as melhorias no bem estar, a institucionalização das relações de trabalho, a sociedade em rede; a *classe-que-vive-do-trabalho metamorfoseou-se*, como advertiu Antunes, e ainda encontra-se em processo de mutação. A grande dúvida é não sabermos se suas transformações resultarão no processo kafkaniano de metamorfose do homem em animal, no continuísmo da insegurança da ilusão mitificada no besouro de Galbraith ou *Esperando Godot*.

Bibliografia

AGLIETTA, M. Regulacion y crisis del capitalismo – La experiencia de los Estados Unidos. In: JOLL, J. As idéias de Gramsci. São Paulo: Cultrix, 1979.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

- BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BURAWOY, M. *El consentimiento en la producción*. Madrid, España: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social., 1989.
- CANETTI, E. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- DEDECCA, C. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1999. (Coleção Teses).
- GALBRAITH, J. K. *Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- GORZ, A. *Metamorfoses del trabajo*. Madri: Sistema, 1997.
- GRAMSCI, A. Americanismo e hordismo. In GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.
- HOBBSBAWN, E. *A era dos impérios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- JOLL, J. *As idéias de Gramsci*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Pensadores).
- MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.
- OFFE, C. *O capitalismo desorganizado*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- POCHMANN, M. *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*. Tese (Doutoramento)–Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 1993.
- POLANY, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SENNET, R. *A corrosão do caráter*. São Paulo: Editora Record, 2003.